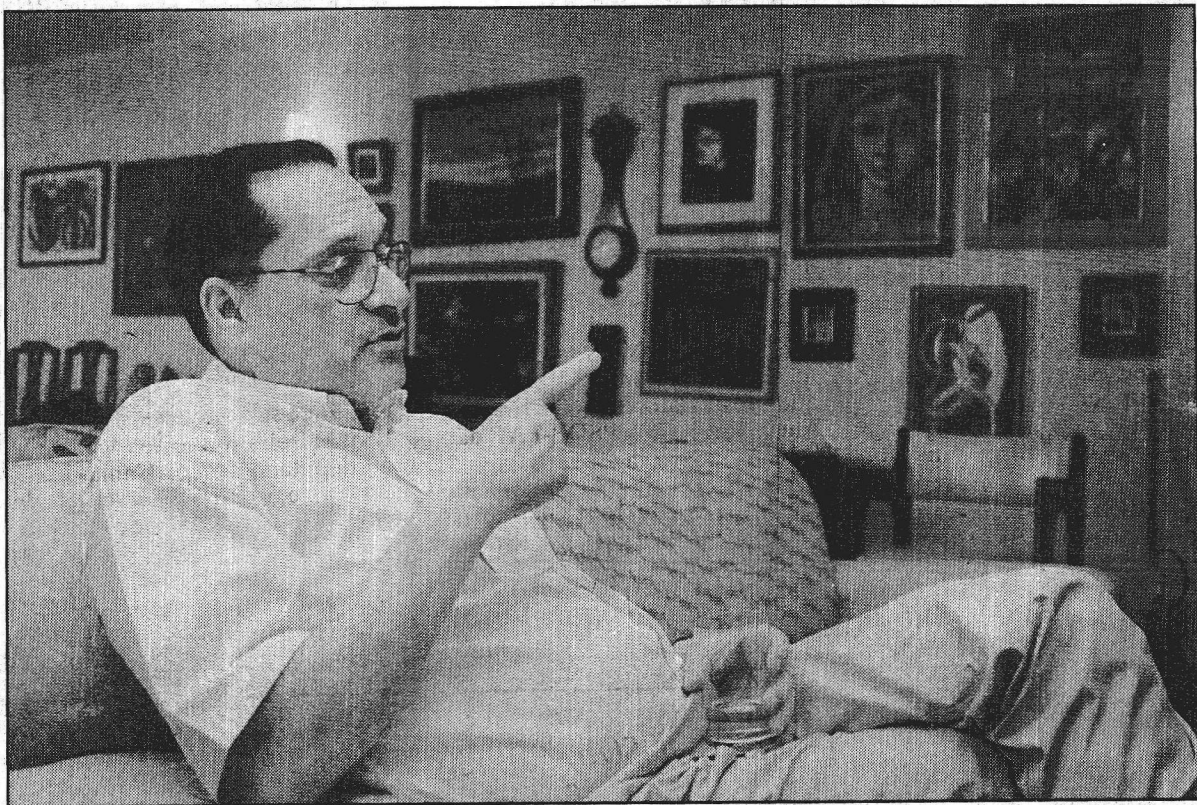


Com mais tempo, mais cassações

Um dia depois de apresentar o relatório da CPI que propõe a cassação de 18 parlamentares, o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) admite que se tivesse tido mais tempo defenderia um número maior de punições. "A tendência com mais tempo é aumentar a lista", afirma o relator, que vai passar alguns dias fora de Brasília descansando. Os dois erros no relatório — a inclusão do deputado Jesus Tajra (PPR-PI) no rol dos que serão investigados pela mesa da Câmara, quando deveria estar na lista de inocentados, e a proposta de cassação e de investigação pelo ministério público no caso do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) — foram explicados como equívocos técnicos.

Magalhães se ressentiu de a CPI não ter conseguido provar a ligação dos parlamentares com a empreiteira Norberto Odebrecht. "Fracassamos. Não tivemos competência para encontrar o elo", reconhece o deputado, para quem a CPI das empreiteiras pode avançar no tema, partindo do relatório da Subcomissão de Patrimônio, coordenada pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS). O relator acatou as propostas de punição das subcomissões e incluiu mais nomes em alguns casos. A Subcomissão de Subvenções, por exemplo, listou cinco nomes no relatório e Magalhães incluiu ainda o deputado Paulo Portugal (PP-RJ).

Futuro — Seguro da parte jurídica do relatório, apesar do



Roberto Magalhães, antes de partir para dez dias de descanso: com mais tempo, punições aumentariam

pouco tempo disponível para a finalização do texto, Magalhães afirmou que enviar alguns nomes para investigação da Mesa da Câmara foi uma solução intermediária entre a cassação e a absolvição. "Propor a suspensão de mandato não tinha cabimento", disse o relator. Agora que deixa os holofotes da CPI, Roberto Magalhães vai cuidar de seu futuro político. Segundo ele, há três alternativas: reeleger-se deputado federal sem sair de casa, disputar o governo de Pernambuco pelo PFL ou fazer um acordo com o prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos (PMDB), para concorrer ao Senado ou ao governo do Estado. "Tudo cami-

nha para um acordo com o PMDB", adianta o deputado.

O relator não ficou satisfeito com a retirada de Roberto Jefferson (PTB-RJ) da lista de encaminhamento para o Ministério Público, destaque aprovado na sexta-feira. Ele estava na relação do Ministério Público porque Magalhães acatou a recomendação da subcomissão de patrimônio.

Magalhães não pôde descansar ontem pela manhã, para depois fazer uma reunião com seus assessores. Sua casa foi invadida por jornalistas desde cedo. "Nem tive tempo de ler direito os jornais", reclamou, de bom humor. Agora, ele passa à sua nova etapa, a viagem de dez ou

15 dias para descanso, em local que ninguém vai saber. "É para descansar e manter minha privacidade. Afinal, foram 93 dias sem sair de Brasília, a não ser no Natal", comentou.

No caso de Tajra, o erro não precisará ser corrigido. "O que fiz foi dar a ele uma carta me prontificando, como deputado, a depor em sua defesa perante a Mesa da Câmara", afirmou Magalhães. O relator conta que, para adiantar seu trabalho, digitou no computador três sentenças, uma isentando, outra pedindo a cassação e outra enviando para a mesa. Na hora de apagar os textos que não seriam usados, houve um erro de operação no caso de Tajra.